

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 533.950 - SP (2019/0278493-8)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
VIRGINIA SANCHES RODRIGUES CALDAS CATELAN -
SP304946
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : VANESSA DOS REIS SANTANA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso especial, sem pedido liminar, impetrado em favor de VANESSA DOS REIS SANTANA, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, no julgamento da Apelação Criminal n. 1501086-97.2018.8.26.0228.

Consta dos autos que a paciente foi condenada, em primeiro grau de jurisdição, às penas de 8 anos e 8 meses de reclusão, em regime inicial fechado, e 21 dias-multa, pela prática do delito tipificado no **art. 157, § 2º, II, do Código Penal** (e-STJ, fls. 31/33).

Irresignada, a defesa apelou e o Tribunal estadual negou provimento ao recurso, para manter incólume a sentença primeva (e-STJ, fls. 42/50), em acórdão assim ementado:

Roubo circunstanciado — Apelação - Conjunto probatório suficiente para o reconhecimento da prática delitiva - Absolvição - Descabimento - Pena motivadamente dosada, necessária e suficiente para a reprovação e prevenção do crime — Sentença mantida - Recurso desprovido.

No presente *writ* (e-STJ, fls. 3/19), a impetrante afirma que o acórdão impugnado impôs constrangimento ilegal à paciente, na medida em que não compensou integralmente a atenuante da confissão espontânea, com a agravante da reincidência. Para tanto, assevera que *as circunstâncias em questão – confissão e reincidência – ostentam o mesmo status, e, tendo o mesmo valor, é natural (e lógico) que possam ser compensadas* (e-STJ, fl. 17).

Superior Tribunal de Justiça

Diante disso, requer o redimensionamento das sanções, ante a compensação integral entre a confissão e a reincidência ou, ao menos, a redução do *quantum* operado pela referida agravante.

Por estarem os autos suficientemente instruídos, foi dispensado o envio de informações, e o Ministério Público Federal, em parecer exarado às e-STJ, fls. 55/61, opinou pelo não conhecimento do *mandamus*.

É o relatório. **Decido.**

De início, o presente *habeas corpus* não comporta conhecimento, pois impetrado em substituição a recurso próprio. Entretanto, nada impede que, de ofício, seja constatada a existência de ilegalidade que importe em ofensa à liberdade de locomoção do paciente.

Conforme relatado, busca-se, em síntese, a compensação integral entre a agravante da reincidência e a atenuante da confissão espontânea.

Ao julgar a Apelação Criminal, a Corte paulista consignou quanto ao ponto que (e-STJ, fl. 48, destaquei):

[...]

Considerando os critérios do artigo 59, do Código Penal, as basilares foram justificadamente fixadas acima do mínimo legal, em 04 (quatro) anos e 06 (seis) meses de reclusão, com 11 (onze) dias-multa mínimos, sopesando que o delito foi "...mais grave do que o padrão da espécie. Além da grave ameaça, houve violência, e essa situação se mostrou algo intenso, com a vítima sendo pisada, jogada ao chão, chutada e ainda tendo o pescoço fortemente apertado, restando com dores" (vide fls. 110), em que pese os argumentos defensivos.

Na etapa intermediária, a agravante da múltipla reincidência (seis condenações definitivas, cinco por furtos e uma por roubo - fls. 79/82) corretamente preponderou sobre a atenuante da confissão espontânea, conforme prevê expressamente o artigo 67, do Código Penal, ensejando, após o acréscimo de metade o decréscimo de três meses à sanção, alcançando 06 (seis) anos e 06 (seis) meses de reclusão, com 16 (dezesseis) dias-multa mínimos.

Na última etapa, conserva-se o aumento no patamar de 1/3,

Superior Tribunal de Justiça

por força da causa de aumento prevista no §2º, inciso II, do Código Penal, chegando-se ao total punitivo de 08 (oito) anos e 08 (oito) meses de reclusão e pagamento de 21 (vinte e um) dias-multa menores.

Preliminarmente, cabe relatar que, na segunda fase do critério trifásico, o concurso entre circunstância agravante e atenuante de idêntico valor redunda na compensação entre ambas, ou seja, a pena não deverá ser aumentada ou diminuída na segunda fase da dosimetria.

Todavia, tratando-se de réu multirreincidente, consoante visto acima, deve ser reconhecida a preponderância da agravante prevista no art. 61, I, do CP, sendo admissível a sua compensação proporcional com a atenuante da confissão espontânea, em estrito atendimento aos princípios da individualização da pena e da proporcionalidade, não havendo, portanto, nenhuma ilegalidade a ser sanada nesse ponto.

A fim de corroborar o referido entendimento, os seguintes julgados:

HABEAS CORPUS SUBSTITUTO DE RECURSO PRÓPRIO. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. ROUBO SIMPLES. CONFISSÃO PARCIAL. INCIDÊNCIA DA ATENUANTE. POSSIBILIDADE. CONSTRANGIMENTO ILEGAL CONFIGURADO. PACIENTE MULTIREINCIDENTE. COMPENSAÇÃO INTEGRAL DA ATENUANTE DA CONFISSÃO ESPONTÂNEA COM A AGRAVANTE DA REINCIDÊNCIA. INVIABILIDADE. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.

[...]

4. A Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp 1.341.370/MT (Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, DJe 17/4/2013), sob o rito do art. 543-C c/c 3º do CPP, consolidou entendimento no sentido de que 'É possível, na segunda fase da dosimetria da pena, a compensação da atenuante da confissão espontânea com a agravante da reincidência'.

5. Na espécie, trata-se de réu multirreincidente, razão pela qual admite-se a preponderância da agravante da reincidência sobre a atenuante da confissão espontânea.

Superior Tribunal de Justiça

6. *Habeas corpus* não conhecido. Ordem concedida, de ofício, para reconhecer a incidência da atenuante da confissão espontânea e redimensionar a pena do paciente. (HC n. 334.889/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, Quinta Turma, julgado em 5/11/2015, DJe 11/11/2015, grifou-se)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ROUBO. DESCLASSIFICAÇÃO DO CRIME. NECESSIDADE DE REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. INAPLICABILIDADE. COMPENSAÇÃO DA REINCIDÊNCIA COM A CONFISSÃO ESPONTÂNEA. MULTIRREINCIDÊNCIA.

[...]

III - Conforme o entendimento consolidado pela Terceira Seção desta eg. Corte, muito embora se reconheça a compensação da confissão espontânea com a reincidência, em se tratando de réu multirreincidente, a compensação integral implicaria ofensa aos princípios da individualização da pena e da proporcionalidade, mormente porque a multirreincidência exige maior reprovação, devendo, pois, prevalecer sobre a atenuante.

Agravo regimental desprovido. (AgRg no AREsp n. 585.654/DF, Rel. Ministro FELIX FISCHER, Quinta Turma, julgado em 16/2/2016, DJe 26/2/2016, grifou-se)

Ademais, reputo proporcional o *quantum* de acréscimo operado, haja vista as seis condenações definitivas anteriores da paciente, todas por crimes contra o patrimônio – cinco furtos e um roubo –, não havendo nenhuma ilegalidade a ser sanada na via estreita do remédio heroico.

Assim, a pretensão formulada pela impetrante encontra óbice na jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça, sendo manifestamente improcedente.

Ante o exposto, com fulcro no art. 34, XX, do RISTJ, **não conheço** do *habeas corpus*.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator

